O PAPEL DOS ALFABETIZADORES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS SUJEITOS DA EJA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA) NO MUNICÍPIO DE SANTO ESTÊVÃO/BA

Milena dos Santos Cerqueira Nogueira [1]; Juliana Araújo Nogueira dos Reis[2]

[1]Mestra em Educação Científica, Inclusão e Diversidade, Coordenadora Pedagógica na Educação Básica, FIPE. E-mail: mcerqueira7@yahoo.com.br

[2]Mestra em Educação de Jovens e Adultos, Professora. E-mail: julianahistoriagm@hotmail.com

EIXO TEMÁTICO 2: ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO, LETRAMENTO MATEMÁTICO

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel dos alfabetizadores no contexto do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), considerando sua relevância para a formação dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A alfabetização de pessoas jovens, adultas e idosas vai além do domínio da leitura e da escrita: trata-se de um processo político, social e cultural que possibilita a reconstrução da identidade e a inserção cidadã dos sujeitos historicamente excluídos do direito à educação.

Nesse cenário, o alfabetizador da comunidade assume papel de fundamental importância, por articular saberes locais e experiências de vida ao processo educativo. Com o lançamento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos, no ano 2024 - uma política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com União, estados, Distrito Federal e municípios, para superar o analfabetismo e elevar a escolaridade; ampliar a oferta de matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) nos sistemas públicos de ensino, inclusive entre os estudantes privados de liberdade; e ampliar a oferta da EJA integrada à educação profissional; os municípios brasileiros foram apresentados a um avanço nas políticas públicas de alfabetização, sobretudo aqueles que ainda possuem altos índices de analfabetismo.

Realizada a adesão ao Pacto, o município de Santo Estêvão/Ba, através da Secretaria Municipal de Educação, aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) identificando no contexto local, que os desafios da alfabetização e do letramento permanecem expressivos, com necessidade de superar o índice de analfabetismo equivalente a 15,1% da população entre pessoas com 15 anos ou mais, fora da escola - dado que evidencia a importância de políticas públicas voltadas à ampliação das oportunidades educacionais e ao fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos. Neste cenário, a questão que orienta este estudo é: qual o papel desempenhado pelos alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado no processo de formação dos sujeitos jovens, adultos e idosos, considerando o vínculo comunitário e o caráter emancipador da alfabetização?

Para responder a esta pergunta, traçamos como objetivo geral a necessidade de compreender as contribuições do alfabetizador da comunidade na formação dos sujeitos

da EJA, a partir da experiência do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), subsidiados pelos objetivos específicos: a) refletir sobre o papel formativo do alfabetizador da comunidade com base nas ações de formação e acompanhamento pedagógico desenvolvidas pelo programa; b) analisar os desafios enfrentados na prática pedagógica cotidiana; c) discutir a importância da formação continuada e do vínculo comunitário como elementos de fortalecimento da EJA.

O estudo fundamenta-se em autores que discutem a alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva crítica e emancipadora. Paulo Freire (1987) destaca que alfabetizar é um ato político de libertação, e não de domesticação, ao afirmar que "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Soares (2003) e Ferreiro e Teberosky (1999) contribuem para a compreensão dos processos cognitivos e sociais envolvidos na alfabetização, enquanto Arroyo (2017) e Di Pierro (2010) discutem a EJA como política de reparação e formação cidadã. Nessa perspectiva, o(a) alfabetizador(a) não é um transmissor de conteúdo, mas um agente mediador de sentidos, cuja prática deve reconhecer o contexto cultural, as histórias de vida e os saberes prévios dos educandos.

O estudo, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-analítico, foi desenvolvido a partir das formações e dos acompanhamentos pedagógicos realizados com alfabetizadoras(es) vinculados ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) da Rede Municipal de Santo Estêvão/Ba. O estudo fundamenta-se na análise dos registros das formações, das observações realizadas durante os encontros formativos e dos relatos produzidos nos momentos de formação e acompanhamento, no decorrer do ano de 2025. Foram considerados os registros das formações e acompanhamentos realizados entre os meses de maio a outubro de 2025, buscando compreender as práticas e os sentidos atribuídos ao papel formativo do alfabetizador da comunidade.

Quando o Programa Brasil Alfabetizado foi criado - em 2003 - pelo Ministério da Educação, já tinha como propósito erradicar o analfabetismo e ampliar o acesso à EJA, priorizando a atuação de alfabetizadores da própria comunidade, diretriz que reconhece a proximidade cultural e territorial entre alfabetizador e alfabetizando um fator de sucesso no processo de ensino e de aprendizagem, capaz de fortalecer vínculos de confiança, pertencimento e diálogo. Nesta perspectiva, no município de Santo Estêvão/Ba., desde o processo de inscrição dos(as) alfabetizadores(as) no Programa Brasil Alfabetizado, por meio da Chamada Pública regida pelo Diário Oficial do Município – Edição 2.828, Ano 16, de 1º de abril de 2025, observou-se a relevância do papel do alfabetizador da própria comunidade já na busca ativa aos alfabetizandos jovens, adultos e idosos nas diferentes localidades do munícipio. O processo revelou que muitos candidatos já atuavam de forma proativa nas comunidades, realizando a busca ativa de possíveis alfabetizandos e incentivando suas inscrições, demonstrando assim, o compromisso social e o vínculo territorial dessas(es) educadoras(es), que, conhecendo de perto a realidade e as demandas locais, contribuíram diretamente para a adesão dos sujeitos e a efetivação das matrículas nas turmas do referido Programa.

Tal movimento, evidencia que o papel do(a) alfabetizador(a) da comunidade ultrapassa os limites da sala de aula, configurando-se como agente mobilizador e mediador entre a política pública e a população atendida, além disso, essa atuação reforça o caráter formativo, político e social da alfabetização de jovens e adultos, conforme apontam as perspectivas freirianas, que compreendem a alfabetização como um processo de conscientização e de fortalecimento da autonomia dos sujeitos.

Nas formações e acompanhamentos pedagógicos, os relatos das(os) alfabetizadoras(es) demonstram que elas(es) percebem sua atuação como um compromisso social e transformador, marcado pela escuta sensível e pelo respeito às trajetórias dos(as) educandos(as), apontando desafios diversos que incidem sobre o processo de alfabetização de jovens e adultos no contexto local. Além da carência de material didático para a modalidade e da necessidade de formação continuada dos alfabetizadores, destacam-se questões específicas enfrentadas pelos(as) educandos(as), especialmente na zona rural, entre elas, sobressaem as dificuldades de deslocamento até os espaços de aula, muitas vezes agravadas pela distância das comunidades, somando-se a isso a rotina de trabalho intensa, marcada pela agricultura familiar e pelas atividades sazonais, que limitam o tempo e a disposição física dos(as) educandos(as) para frequentar as aulas.

Outro aspecto relevante relaciona-se diretamente com as responsabilidades familiares, principalmente no caso das mulheres, que conciliam o cuidado com a casa, os filhos e o trabalho, o que torna o acesso à educação ainda mais desafiador. Ademais, a baixa autoestima e a autopercepção negativa em relação à própria capacidade de aprender - fruto de processos anteriores de exclusão escolar - aparecem como barreiras subjetivas que demandam sensibilidade e acolhimento por parte dos(as) alfabetizadores(as).

Diante desse cenário, o papel do(a) alfabetizador(a) da comunidade torna-se ainda mais importante, pois ele(a) compreende essas realidades e atua de modo empático e solidário, fortalecendo o vínculo entre a escola, os sujeitos e o território, o que favorece a permanência e o engajamento dos participantes nas turmas do Programa Brasil Alfabetizado. Os depoimentos versam também sobre conquistas significativas: o fortalecimento da autoestima dos educandos, a ampliação da leitura de mundo e a participação mais ativa nas decisões familiares e comunitárias.

Sendo assim, este estudo evidencia que o papel do(a) alfabetizador(a) ultrapassa o espaço da sala de aula: ele atua como agente cultural, promotor de cidadania e elo entre escola e comunidade, cuja prática pedagógica se apoia na experiência e no diálogo, favorecendo uma alfabetização que não apenas ensina a ler e escrever, mas forma sujeitos conscientes e atuantes no seu contexto social.

Os resultados apontam que o(a) alfabetizador(a) da comunidade constitui um agente central para o êxito das políticas de alfabetização, especialmente na EJA, por contribuir para o fortalecimento da identidade dos educandos e para o reconhecimento dos saberes locais como parte legítima do processo educativo.

Conclui-se pelas observações, formações e acompanhamentos realizados que, ao valorizar a formação das(os) alfabetizadoras(es) e a articulação com a comunidade, com ações relevantes do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), damos abertura a um importante espaço de diálogo entre políticas públicas e práticas pedagógicas e para a construção de um novo olhar: alfabetizar jovens, adultos e idosos é um ato político e comunitário, que requer compromisso ético, sensibilidade social e formação crítica das(os) educadoras(es), reafirmando a EJA como espaço de reconstrução de saberes, de cidadania e de emancipação humana.

Palavras-chave: Sujeitos da EJA; Programa Brasil Alfabetizado; Alfabetizador(a) da comunidade; Formação de educadoras(es); Práticas Pedagógicas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, DF: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2003.

DI PIERRO, Maria Clara. Alfabetização de Jovens e Adultos: questões e perspectivas. São Paulo: Global, 2010.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTO ESTÊVÃO. Diário Oficial do Município – Edição 2.828, Ano 16, de 1º de abril de 2025.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ZEICHNER, Kenneth M. A formação reflexiva de professores: ideias e práticas. Lisboa: Educa, 1993.